



**Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens**  
CNPJ/MF nº 43.655.612/0001-25

Mensagem da Administração

Apresentamos, os resultados alcançados em 2025, mesmo com uma queda na receita, retemos uma caixa maior em função de créditos tributários obtidos em anos anteriores e compensados até 2025, apesar da queda na receita conquistamos novos clientes e melhoramos nossa geração de caixa nos últimos dois exercícios sociais, o que nos potencializa a um futuro promissor e com fortes resultados. Buscamos sempre o crescimento, mantendo a qualidade dos nossos produtos e o foco em não dependente de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. Em 2025, a conquista se dá a melhor geração de caixa, considerando a redução dos prazos de recebimentos, o que já equalizamos no decorrer dos dois últimos anos e será acompanhado para mantermos a alavancagem em níveis baixos, como determina nossa política interna. Como política de gerenciamento financeiro, a Companhia não possui qualquer dívida financeira com instituições financeiras. Permanecemos engajados e certos de que a prática de sustentabilidade é determinante ao nosso desenvolvimento, por isso, investiremos cada vez mais na construção de um ambiente inclusivo, ético e ambientalmente sustentável. Dessa forma, buscaremos melhorias contínuas na qualidade de vida de todos os envolvidos no nosso negócio, alinhados com lucros, propósitos e transparência. **Governança Corporativa** Em consonância com a visão de ser uma Companhia líder

**Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024** - Em Milhares Reais

Ativos	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	7	74.236	65.213
Contas a receber de clientes	8	22.288	48.822
Estoques	9	8.922	13.943
Impostos a recuperar	10	2.028	1.103
Despesas antecipadas		188	176
Outras contas a receber		2.842	1.680
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>110.504</b>	<b>130.937</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósito judicial	11	26.566	13.660
Impostos a recuperar	10	187	310
		<b>26.753</b>	<b>13.970</b>
Imobilizado	12	31.574	38.811
		<b>31.574</b>	<b>38.811</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>58.327</b>	<b>52.781</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>168.831</b>	<b>183.718</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	10.658	14.625
Obrigações sociais	14	1.167	1.966
Impostos, taxas e contribuições	15	1.257	1.659
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.a	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	25	34.939	19.942
Passivo de arrendamento	12.1	5.622	5.318
Outras obrigações		-	64
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>53.643</b>	<b>43.574</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	17	758	496
Passivo de arrendamento	12.1	23.702	28.765
Passivo fiscal diferido		6.957	6.556
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>31.417</b>	<b>35.817</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18.a	45.164	45.164
Reserva legal	18.b	2.708	2.358
Reserva de lucros	18.d	35.899	56.805
		<b>83.771</b>	<b>104.327</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>168.831</b>	<b>183.718</b>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024** (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

**Contexto operacional** - A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termo formadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de fast food do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos post-mix dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food. **Continuidade operacional** - A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. **2. Base de preparação - Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 02 de abril de 2026. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 8, 9 e 12** - teste de redução ao valor recuperável; principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; **• Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.** **5. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **6. Políticas contábeis materiais** - A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Receita operacional** - A receita operacional da venda de bens no curso

em seu mercado, a Poly-Vac elabora e apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Agradecimentos** - O ano de 2025 foi de muito trabalho, chegaram novos clientes e mantivemos os clientes recorrentes, mantivemos geração de caixa nos últimos dois exercícios sociais, alcançamos bons resultados graças ao esforço de cada um dos 338 colaboradores diretos e 70 indiretos. Deixo a minha gratidão a todos, pelo comprometimento, empenho e dedicação demonstrado a Companhia nesse exercício. Por fim, agradeço nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a todos pela confiança e parceria. **Michela Brígida Aripoll** - Presidente da Poly-Vac.

**Destques Financeiros e Operacionais - 2025.**

**Receita líquida** - houve uma queda de 30,1% em 2025 quando comparado a 2024; **Investimentos** - na ordem de R\$ 0,5 milhões em 2025 para novas máquinas, mantendo uma média de investimento CAPEX em R\$ 2,5 milhões; **Alavancagem** - da Companhia é negativa, devido ao valor de caixa e equivalentes de caixa ser superior ao valor do passivo de dívida (atualmente somente dívida com arrendamentos), em 2025 foi de -5,8x e em 2024 foi de -2,0x, medida pela dívida líquida/EBITDA, alinhado com uma política de baixo endividamento da Companhia; **Contas a receber** - com a queda na receita houve redução na posição do contas a receber, mas isso também se deve à melhora no prazo médio de recebimento, que em 2025 foi de 58 dias e em 2024 foi de 88 dias, mantendo nossa disciplina financeira e realizando rigorosas práticas de análise de créditos, que evitam risco de perda;

**Destques financeiros (R\$ Milhões)**

	2025	2024	A/A
Receita bruta	180,4	257,8	-30,0%
Receita líquida	139,4	199,3	-30,1%
Lucro líquido	7,0	10,5	-33,3%
EBITDA	-7,8	15,7	-149,7%
Margem líquida*	-5,6%	7,9%	-13,5 p.p.

\* Calculado sobre a receita líquida

**Reconciliação do EBITDA (R\$ Milhões)**

	2025	2024	A/A
Lucro líquido do exercício	7,0	10,5	-33,3%
Resultado financeiro	(22,9)	(5,6)	308,9%
Imposto de renda e contribuição social	0,4	3,4	-88,2%

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024** - (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legas		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>45.164</b>	<b>1.849</b>	<b>61.258</b>	<b>9.015</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	10.482
<b>Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	-	-	-	<b>10.482</b>
Renuneração aos acionistas (R\$ 53,69 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.938)
Destinação para Reserva Legal	-	509	-	(509)
Destinação para retenção de lucros	-	-	3.035	(3.035)
Destinação de dividendos propostos aprovado na AGO de 2024	-	-	(16.100)	(16.100)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(403)	(403)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.164</b>	<b>2.358</b>	<b>47.790</b>	<b>9.015</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>45.164</b>	<b>2.358</b>	<b>47.790</b>	<b>9.015</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	6.991
<b>Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	-	-	-	<b>6.991</b>
Renuneração aos acionistas (R\$ 61,99 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	(1.370)	(6.641)
Destinação para Reserva Legal	-	350	-	(350)
Destinação de dividendos propostos aprovado na AGO de 2025	-	-	(19.278)	(19.278)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(258)	(258)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>45.164</b>	<b>2.708</b>	<b>26.884</b>	<b>9.015</b>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024** - Em Milhares Reais

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>DRE</b>	<b>6.991</b>	<b>10.482</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização		12.721	7.449
Ativo imobilizado e direito de uso	12	262	65
Constituição da provisão para contingências	17	262	645
Juros sobre arrendamento	22	1.948	2.233
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	DRE/16.b	400	3.422
Atualização de depósitos judiciais		(12.906)	-
Outros ajustes		(1.200)	(273)
		<b>3.216</b>	<b>23.378</b>
<b>Aumento/(redução) nos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		26.534	18.523
Estoques		5.021	(1.943)
Impostos a recuperar		(802)	6.503
Outros ativos circulantes		(1.174)	1.044
Depósitos judiciais - -		(3.967)	(6.095)
<b>Aumento/(redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		(799)	(983)
Obrigações sociais		(402)	(1.344)
Obrigações tributárias		(64)	(483)
Outras contas pagar		(1)	(3.689)
Impostos de renda e contribuição social pagos		27.562	34.911
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(484)</b>	<b>(2.582)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Adições ao ativo imobilizado	12	(484)	(2.582)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(484)</b>	<b>(2.582)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Amortização de arrendamento		(6.707)	(6.707)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	25	(11.348)	(6.690)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(18.055)</b>	<b>(13.397)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>9.023</b>	<b>18.932</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	65.213	46.281
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	74.236	65.213
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>9.023</b>	<b>18.932</b>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos o valor passa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b. Receitas e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem essencialmente a receita de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são principalmente oriundas de juros sobre capital próprio. **c. Moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **d. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Imposto de Renda e Contribuição Social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda - acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 mil - e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **f. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação

Depreciação e amortização 7,7 7,4 4,1%

**EBITDA** -7,8 15,7 -149,7%

**ROIC LTM (R\$ Milhões)** -2025 2024 A/A

Receita líquida 139,4 199,3 -30,1%

Lucro bruto 13,2 36,9 -64,2%

(-) Despesas gerais, administrativas e comerciais (27,2) (26,5) 2,6%

(+/-) Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas (1,5) (2,1) -28,6%

**EBIT** (15,5) 8,3 -286,7%

(+/-) Impostos (considera alíquota efetiva) (0,4) (3,4) -88,2%

**(=) Lucro operacional líquido menos impostos** (15,9) 4,9 -424,5%

**(=) Capital Investido (Patrimônio líquido + dívida)** 113,1 133,4 -15,2%

**ROIC** -14,1% 3,7% -17,8 p.p.

**Indicadores de alavancagem (R\$ Milhões)** -2025 2024 A/A

Dívida líquida\* -44,9 -31,1 44,4%

EBITDA -7,8 15,7 -149,7%

**Dívida líquida / EBITDA** -5,8x -2,0x 190,6%

**Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024** - Em Milhares Reais

	Notas	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	19	<b>139.382</b>	<b>199.312</b>
Custo dos produtos vendidos		(126.174)	(162.420)
<b>Lucro bruto</b>		<b>13.208</b>	<b>36.892</b>
Despesas de vendas	20	(14.313)	(14.900)
Despesas gerais e administrativas	21	(12.784)	(11.495)
Honorários dos administradores		(98)	(93)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(1.540)	(2.109)
<b>Lucro antes do resultado financeiro líquido e dos tributos</b>		<b>(5.527)</b>	<b>8.295</b>
Receitas financeiras	22	24.895	7.871
Despesas financeiras	22	(1.977)	(2.262)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>22.918</b>	<b>5.609</b>
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>7.391</b>	<b>13.904</b>
IRPJ e CSLL - Corrente	16.b	-	(2.924)
IRPJ e CSLL - Diferido		(400)	(498)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.991</b>	<b>10.482</b>
<b>Resultado por ação</b>		<b>0,05</b>	<b>0,08</b>
<b>Lucro básico/diluído por ação (R\$)</b>		<b>0,05</b>	<b>0,08</b>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

res contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. **k. Distribuição de dividendos** - As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **l. Juros sobre o capital próprio** - De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são reduzidos dos Juros Sobre Capital Próprio, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. **m. Novas normas, alterações e interpretações Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025** - As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alteração da Norma IAS 21/CP 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A alteração não acarretou em impactos para a Companhia, por três razões principais: i) a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; ii) a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e iii) Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. **Orientação Técnica CP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e). Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO):** Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidência dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de Companhias em mercados computacionais ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO). A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025 Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7):** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento de passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas. **Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7:** Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma

**Continuação** - Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; **Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações:** esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; **Melhorias anuais nas normas IFRS:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **n. Impactos da Reforma Tributária Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)** - A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; Imposto Seletivo (IS): Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **Avaliação de impacto** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 sobre PECLD de contas a receber, nº 9 impostos a recuperar, nº 2.7 sobre a vida útil do ativo imobilizado e nº 16 sobre provisões para contingências. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e tem ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Companhia não possui Ativo Fiscal Diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeiram uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2024
Caixa e bancos	670	687
Aplicações financeiras	73.566	64.526
<b>Total</b>	<b>74.236</b>	<b>65.213</b>

Os saldos de caixa e banco conta movimento são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha. As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado, as datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimento referenciados em títulos de renda fixa remunerados a taxa média de 100,22% para o ano de 2025 (102,09% para o ano de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**8. Contas a receber de clientes**

	2025	2024
Nacionais	22.178	47.938
Estrangeiros	110	884
<b>Total</b>	<b>22.288</b>	<b>48.822</b>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores oriundos das vendas de mercadorias aos clientes no decorrer normal das atividades da Companhia. **Composição por idade de vencimento** - Em 31 de dezembro de 2025 existiam valores vencidos registrados na rubrica de contas a receber de clientes. A análise do vencimento desses valores a receber é a seguinte:

	2025	2024
Títulos a vencer	22.037	47.579
Títulos vencidos até 30 dias	75	405
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	92	-
Títulos vencidos acima de 181 dias	84	838
<b>Total</b>	<b>22.288</b>	<b>48.822</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia possui controle razoável sobre a avaliação da PECLD, não havendo necessidade de provisão para a posição de 31 de dezembro de 2025.

**9. Estoques**

	2025	2024
Produtos em processo	1.188	4.435
Matérias-primas	4.237	4.561
Almoxarifados	1.086	1.630
Produtos acabados	963	2.519
Matérias auxiliares e embalagens	1.448	798
<b>Total</b>	<b>8.922</b>	<b>13.943</b>

A Companhia não possui provisão para perda nos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**10. Impostos a recuperar**

	2025	2024
IPI a recuperar	107	465
IRPJ e CSLL a compensar	1.921	638
ICMS a recuperar	187	310
<b>Total</b>	<b>2.215</b>	<b>1.413</b>

Ativo circulante 2.028 1.103  
Ativo não circulante 187 310  
**Total** 2.215 1.413

**11. Depósitos judiciais**

	2025	2024
Depósitos judiciais - COFINS (*)	26.566	13.660
Bloqueio judicial trabalhistas	-	-
<b>Total</b>	<b>26.566</b>	<b>13.660</b>

(\*) A Companhia efetuou depósitos judiciais da COFINS judicialmente, que corresponde ao período de dezembro de 2006 a junho de 2021, correspondente ao montante de R\$ 18.553, e está no aguardo da decisão do

juízo com relação ao valor que terá direito a restituir, isso decorre de que em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Devido a decisão do STF, modulando a forma de cálculo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia reverteu a provisão para riscos fiscais que havia provisionado contra o resultado do exercício, efetuando o registro do passivo fiscal diferido sobre o valor, e atualmente espera a liberação dos valores depositados judicialmente.

**12. Imobilizado**

	2025	2024
<b>Taxa depreciação (%a.a)</b>		
<b>Depreciação Acumulada</b>		
<b>Líquido</b>		

Máquinas, equipamentos e instalações 10 a 20 59.199 (55.370) 3.829 5.007  
Móveis e utensílios 10 1.273 (1.253) 20 22  
Ativo de direito de uso 10 48.440 (26.001) 22.439 28.376  
Veículos 20 2.263 (1.052) 1.211 1.331  
Outros 4.075 - - 4.075 4.075  
**Total** 115.250 (83.676) 31.574 38.811

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas atividades exercidas pela Companhia. A seguir, a movimentação do imobilizado em 2025 e 2024:

	2024	2025
<b>Saldo Final</b>		
<b>Adições</b>		
<b>Transferências</b>		
<b>Depreciações</b>		
<b>Saldo Final</b>		

Máquinas, equipamentos e instalações 3.908 84 - - (1.413) 2.579  
Móveis e utensílios 44 2 - - (3) 44  
Veículos 1.355 247 - - (368) 1.234  
Outros 5.128 151 - - - 5.279  
Ativo de direito de uso 28.376 - - - (5.937) 22.439  
**Total** 38.811 484 - - (7.721) 31.574

Máquinas, equipamentos e instalações 3.976 1.503 - (229) (1.342) 3.908  
Móveis e utensílios 48 - - - (4) 44  
Veículos 658 863 - - (166) 1.355  
Outros 4.683 216 - 229 - 5.128  
Ativo de direito de uso 34.313 - - - (5.937) 28.376  
**Total** 43.678 2.582 - - (7.449) 38.811

**Revisão da vida útil** - A Companhia avaliou a vida útil econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **Revisão do impairment** - A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado. **12.1. Direito de uso e passivo de arrendamento - Direito de uso** - A Poly-Vac possui contratos de arrendamentos referentes a contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização permanecem com o arrendador. O reconhecimento está apresentado em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil referente ao direito de uso dos compromissos de arrendamentos registrados no ativo imobilizado como direito de uso era de R\$ 22.439. **Passivo de arrendamento** - As obrigações decorrentes de Arrendamentos a pagar, referentes à norma contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Em 31 de dezembro de 2025 a taxa média ponderada utilizada de desconto aplicada no reconhecimento dos contratos de arrendamentos foi de 6,39%. Os saldos de passivo circulante e não circulante estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	34.094	40.801
Juros a apropriar - AVP	(4.770)	(6.718)
<b>Total</b>	<b>29.324</b>	<b>34.083</b>

Passivo circulante 5.622 5.318  
Passivo não circulante 23.702 28.765  
**Total** 29.324 34.083

Forneceores nacionais 10.441 14.408  
Forneceores estrangeiro 217 217  
**Total** 10.658 14.625

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possuía forneceores estrangeiros, o qual corresponde ao saldo convertido na Moeda Euro. Em 31 de dezembro 2025 a Companhia não possuía operações de "Forfaiting" ou Risco Sacado.

**14. Obrigações sociais - Provisão para férias**

	2025	2024
INSS a recolher e provisões	440	915
Salários	462	494
FGTS a recolher	199	318
Outros	18	44
Empréstimo consignado	48	53
<b>Total</b>	<b>1.167</b>	<b>1.966</b>

**15. Impostos, taxas e contribuições**

	2025	2024
IRRF a recolher	406	559
ICMS a recolher	294	545
COFINS a recolher	345	445
PIS a recolher	71	95
Outros	126	15
<b>Total</b>	<b>1.257</b>	<b>1.659</b>

**16. Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar:**

	2025	2024
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ao final da apuração dos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não teve saldo a pagar, tendo efetuado durante os exercícios.

**b. Reconciliação da taxa efetiva: Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2025	2024
Adições:		
Provisão para contingências trabalhistas	262	65
Despesas não dedutíveis	29	26
Desp.com juros arrendamento	1.948	2.234
Depreciação arrendamento Direito e Uso	5.937	5.937
Outros	1.031	1.656
Exclusões:		
Baixa cliente PELCS - limite excedido	87	-
Juros sobre capital próprio	(8.011)	(6.938)
Proc. Excl. ICMS BC PIS/COFINS	(500)	-
Atualiz. Proc.Excl. ICMS BC PIS/COFINS	(6.707)	(6.707)
Arrendamento Ajuste adequação	(1.471)	(1.350)
Processo PAT valor principal	(1.109)	-
<b>Lucro Real</b>	<b>(1.113)</b>	<b>8.827</b>
Compensação do Prejuízo 30%	-	-
<b>Base de cálculo ajustada</b>	<b>(1.113)</b>	<b>8.827</b>
IRPJ 15%	-	(1.324)
IRPJ adicional de 10%	-	(859)
Pat.4% dos 15% IRPJ	-	53
IRPJ 25%	-	(2.130)
CSLL 9%	-	(794)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente</b>	<b>-</b>	<b>(2.924)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>33,1%</b>

**17. Provisão para riscos processuais (contingências)** - A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e criminal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos

processuais. Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado o montante de R\$ 758 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2024), o qual, na opinião da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2025, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, ainda assim foram recolhidos depósitos judiciais para a totalidade dos montantes.

	2025	2024
<b>Depósitos judiciais</b>		
Trabalhista	758	496
ICMS sobre base de cálculo	-	-
<b>Total</b>	<b>758</b>	<b>496</b>

As movimentações na provisão para riscos processuais são apresentadas a seguir:

	2024	Adições	Reversões	2025
<b>Descrição</b>				
Trabalhista	496	-	-	496
ICMS	496	262	-	758
<b>Total</b>	<b>992</b>	<b>262</b>	<b>-</b>	<b>1.254</b>

**ICMS sobre base de cálculo COFINS** - Em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Com isso, a Companhia mensalmente calcula e adiciona a diferença na conta de provisão para riscos fiscais e efetua o recolhimento dos depósitos judiciais. **Processos com probabilidade de perda possível** - A Companhia possui processos nos quais a probabilidade de perda possível, sendo de natureza cível no montante de R\$ 15 (R\$ 1.515 em 31 de dezembro de 2024), de natureza trabalhista não havia montante de perda possível em 31 de dezembro de 2024, de natureza tributária no montante de R\$ 24 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2024) em 2025 de acordo com seus assessores jurídicos, foram classificadas como risco de perda possível, não cabendo efetuar a provisão. **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária** - Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário. A Administração avaliou com seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e 2024. **18. Patrimônio líquido a. Capital social (Valor expresso em reais** - O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 45.163.927, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas e (em 2024 foi de R\$ 45.163.927, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal) totalmente subscrito e integralizado.

	2025	2024
<b>Participação no capital social (%)</b>		
Números de ações		
Michela Brígida Arippol	116.314.583	90.01
Denis Arippol Borenstein	12.909.484	9.99
<b>Total</b>	<b>129.224.067</b>	<b>100</b>

Em setembro de 2020, a Companhia efetuou a cisão parcial de ativos, reduzindo o capital social no montante de R\$ 23.088, que corresponde a redução na quantidade de 93.216.365 ações. A cisão foi efetuada com base em valores contábeis de registro. **b. Reserva legal** - Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei, é destinada à manutenção da integridade do capital social. O saldo constituído até o momento está no limite de 20% em conformidade com a exigência da Lei nº 6.404/76. **c. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95** - De acordo com a facultade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2025, no montante de R\$ 8.011 (R\$ 6.938 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório seja de 10% do resultado no exercício, ajustado na forma da lei, quando houver lucro no exercício. Dividendos adicionais podem ser distribuídos, desde que aprovado em ata. Em 2025 não houve dividendos, pois os Juros sobre o Capital Próprio superaram o percentual mínimo de 10% sobre o lucro do exercício. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	6.991	(350)
(-) Reserva legal	6.641	8.011
<b>Base de cálculo</b>	<b>350</b>	<b>(1.202)</b>
Juros sobre o capital próprio	142	915
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte = 15%	142	915
<b>Juros sobre o capital próprio líquido de impostos</b>	<b>6.809</b>	<b>6.809</b>
<b>% dos Juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido do exercício</b>	<b>102,5%</b>	<b>102,5%</b>

Os Juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2025	2024
<b>Patrimônio líquido</b>		
Base para o cálculo	104.327	117.286
TJLP acumulada 2025 -	104.327	117.286
9,07% a.a. (2024 - 7,43% a.a.)	8.011	6.938
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(1.202)	(1.041)
<b>Juros sobre capital próprio a pagar líquido de IRRF</b>	<b>6.809</b>	<b>5.897</b>

**d. Retenção de lucros** - Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe ad referendum na Assembleia dos acionistas a destinação do saldo do lucro líquido do exercício, quando houver, após a destinação da reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio.

**19. Receita operacional líquida**

	2025	2024
Receita bruta operacional de venda - nacional	174.461	250.899
Receita bruta operacional de venda - exterior	5.966	6.908
<b>Subtotal</b>	<b>180.427</b>	<b>257.807</b>
Impostos sobre vendas	(36.835)	(54.353)
Devolução de vendas	(4.210)	(4.142)
<b>Subtotal</b>	<b>(41.045)</b>	<b>(58.495)</b>
<b>Total</b>	<b>139.382</b>	<b>199.312</b>

A Companhia possui um cliente significativo, que superou o percentual de 10% do total da receita líquida no exercício de 2025. A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle. As receitas são reconhecidas em conformidade com a norma - NBC TG 47, efetuando o reconhecimento da receita, quando há somente garantia que cumprirá a obrigação de performance.

**20. Despesas de vendas**

	2025	2024
- Fretes e carretos	(4.964)	(6.264)
Comissões sobre vendas	(2.430)	(2.630)
Ordenados salários	(2.116)	(2.062)
Outras despesas	(922)	(748)
Outras obrigações trabalhistas	(841)	(1.142)
- Descontos e abatimentos	(376)	(240)
Despesas com exportação	(104)	(178)
Encargos sociais - FGTS	(173)	(153)
Encargos sociais - INSS	(504)	(485)
Títulos incobráveis	(1.043)	(161)
Feiras e Salões	(3)	-
Depreciação arrendamento	(837)	(837)
<b>Total</b>	<b>(14.313)</b>	<b>(14.900)</b>

**21. Despesas gerais e administrativas**

	2025	2024
Ordenados e salários	(4.485)	(4.569)
Serviços prestados	(855)	(826)
Férias	(666)	(708)
Outras despesas	(2.166)	(1.225)
Assistência médica	(685)	(531)
Encargos sociais - FGTS	(436)	(436)
Manutenção máquinas e outros	(228)	(237)

13° salário (405) (409)  
Encargos sociais - INSS (1.345) (1.414)  
Outras obrigações trabalhistas (462) (332)  
Energia elétrica (214) (221)  
Materiais de limpeza (111) (134)  
Impostos e taxas (151) (69)  
Depreciação (322) (125)  
Despesas não dedutíveis (3) (9)  
Depreciação arrendamento (250) (250)  
**Total** (12.784) (11.495)

**22. Resultado financeiro líquido - Receitas financeiras**

	2025	2024
Juros ativos	87	194
Outras receitas atualização monetária	14.966	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.044	6.353
Outras receitas financeiras	(202)	1.324
<b>Total</b>	<b>24.895</b>	<b>7.871</b>

**Despesas financeiras**

	2025	2024
Juros sobre arrendamento - CPC 06 (R2)	(1.948)	(2.233)
Juros passivos	-	(4)
Despesas bancárias e encargos financeiros	(29)	(25)
Proc. PIS/COFINS estorno de Provisão	(1.977)	(2.262)
<b>Total</b>	<b>(22.918)</b>	<b>(5.609)</b>

**Resultado financeiro líquido**

	2025	2024
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.977</b>	<b>12.280</b>

**23. Instrumentos financeiros** - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. **a. Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. O risco proveniente das contas a receber pode ser considerado baixo, uma vez que a carteira de clientes da Companhia é bem pulverizada. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente a Companhia não possui histórico de perdas significativas. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pela Gerência Financeira, sob a qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam a permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a Gerência Financeira e a Diretoria na avaliação e concessão deste crédito. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	74.236	65.213
Contas a receber de clientes	22.288	48.822
Outras contas a receber	1.732	1.680
<b>Total</b>	<b>98.256</b>	<b>115.715</b>

**b. Risco de liquidez** - O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros, uma vez que o prazo médio de recebimento da Companhia tem se mantido inferior a 108 dias e com incidência mínima de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo que o prazo médio de pagamento a fornecedores é em torno de 31 dias. A Companhia não apresenta necessidade de captação de recursos bancários para capital de giro. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	2025	2024
Forneceores	10.658	14.625
Juros sobre capital próprio a pagar	5.939	19.942

Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens		2025	2024	Total	34.939	19.942	Diretoria		
<b>24. Cobertura de seguros</b> - Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros para danos materiais é de R\$ 259.926 (R\$ 259.968 em 31 de dezembro de 2024) e para lucros cessantes é de R\$ 49.948 (R\$ 27.405 em 31 de dezembro de 2024) para a Companhia. <b>25. Partes relacionadas - Remuneração da Administração</b> - Em 2025 e 2024, a Companhia remunerou por meio de honorários, juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas e o seu pessoal-chave (diretores estatutários da Companhia), no montante de R\$ 14.746 (R\$ 7.434 em 2024).		Honorários à diretoria	98	93	<b>Posição a pagar aos acionistas em 2025 e 2024:</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Michela Brígida Aripitol</b> - Diretora Presidente	
	Juros sobre o capital próprio	8.011	6.938	<b>Saldo inicial</b>	<b>19.942</b>	<b>4.231</b>	<b>Denis Aripitol Borenstein</b> - Diretor		
	Dividendos Propostos	6.379	-	- Constituição a pagar de Dividendos	6.636	403	<b>Sérgio Costa</b> - Diretor Administrativo Financeiro		
	Dividendos adicionais	258	403	Dividendos pagos	(6.636)	(403)	<b>Marcos Antônio Lessa Silva</b> - Gerente Financeiro		
	<b>Total</b>	<b>14.746</b>	<b>7.434</b>	Dividendos propostos e aprovados na AGO de 2024	12.900	16.100	<b>Keli Cristina da Silva</b> - CRC 1SP235514/0-6		
	<b>Posição a pagar aos acionistas em 2025 e 2024:</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	Constituição de JSCP, líquido de impostos	6.809	5.898			
	Juros sobre o capital próprio	5.939	3.842	JSCP pago	(4.712)	(6.287)			
	Dividendos	29.000	16.100	<b>Saldo Final</b>	<b>34.939</b>	<b>19.942</b>			

**Relatório do Auditor Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens São Paulo - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis** - Examinamos as demonstrações contábeis da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;** **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;** **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;** **Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;** **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06 de abril de 2026.**

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 SP 013846/0-1  
**Luiz Fernandes Carvalho Tenório**  
Contador CRC 1 SP 264072/0-9



## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)**

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Transportes Imediato S.A.

CNPJ nº 49.151.483/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Ativo	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.003	24.817	11	47.556	31.464	16	1.292.558	1.233.023
Contas a receber de clientes	5	297.610	304.694	12	159.987	118.360	17	(1.036.335)	(972.262)
Estoque		1.496	1.000	19	1	17			
Tributos a recuperar	6	27.371	18.624	9	50.274	50.856	17	(89.831)	(73.153)
Adiantamento a fornecedores e diversos		25.120	5.584	13	63.546	62.274	17	48.112	39.230
Despesas antecipadas		60	61	15	1.650	52.867		(41.719)	(33.923)
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>405.660</b>	<b>354.780</b>		<b>21.632</b>	<b>16.913</b>		<b>214.504</b>	<b>226.838</b>
<b>Não circulante</b>									
Realizável ao longo prazo									
Depósitos judiciais	14	5.017	4.780		894	1.242	18	17.615	8.871
Tributos a recuperar	6	34.317	24.312		10.807	7.047	18	(123.636)	(120.838)
<b>Total do realizável ao longo prazo</b>		<b>39.334</b>	<b>29.092</b>		<b>356.347</b>	<b>341.040</b>		<b>106.021</b>	<b>(111.967)</b>
Investimentos		851	731	12	539.738	381.944		<b>108.483</b>	<b>114.871</b>
Direito de uso	9	130.233	210.864	9	90.737	180.133		8	(22.164)
Imobilizado	10	618.047	475.367	8	74.379	60.418		8	(13.962)
Intangível		1.636	1.365	14	13.649	9.460			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>750.767</b>	<b>688.327</b>		<b>718.503</b>	<b>631.955</b>		<b>72.357</b>	<b>75.525</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.195.761</b>	<b>1.072.199</b>		<b>1.195.761</b>	<b>1.072.199</b>		<b>72.357</b>	<b>75.525</b>
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>									

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Contexto operacional:** A Transportes Imediato S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima com Sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Atua no Brasil por meio de 45 filiais (50 em 31 de dezembro de 2024). Tem como atividade a prestação de serviços de transportes e logística considerando as seguintes operações: • **Outbound** - é o fluxo de produtos acabados, de fábrica para fábrica. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • **Inbound** - é a transferência de insumos, dos fornecedores para as fábricas. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • **Operação dedicada** - é a transferência de produtos da fábrica para os Centros de Distribuição Direta (CDD). Há um estudo de demanda em cada cliente, para determinar a quantidade de veículos necessários, 24h por dia, proporcionando uma sinergia no processo. Os veículos são desenvolvidos especificamente (customizados), junto ao fabricante do insumo, para cada operação; • **Operação Back Haul** - é a transferência do produto acabado. Consiste na sinergia entre fornecedor/cliente, otimizando mesmo veículo, que transfere diferentes produtos, resultando em economia, ou seja, uma carreta leva uma carga e traz outra, numa mesma viagem. A Companhia encontra-se atualmente direcionando parte substancial de suas operações para seus acionistas minoritários, por meio de transações classificadas como partes relacionadas, conforme detalhado na respectiva nota explicativa nº 7. Tais operações são realizadas em condições previamente estabelecidas entre as partes. A Companhia é parte relacionada do Grupo econômico Ambev. Parte substancial das suas operações são efetuadas com partes relacionadas, portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. **Reforma Tributária sobre o Consumo:** A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Lei Complementar nº 227/2026, instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi ainda instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2032, durante o qual haverá convivência entre o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 disciplinou a administração do IBS, instituindo o Comitê Gestor responsável por sua arrecadação, fiscalização, compensação e distribuição das receitas, bem como estabeleceu diretrizes para aproveitamento de créditos do sistema atual. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e financeiros decorrentes da nova sistemática. Considerando que o período de transição terá início em 2026 e que ainda faltam regulamentações complementares, não foram identificados, até a data-base destas demonstrações financeiras, efeitos materiais decorrentes da Reforma Tributária. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1 Base de preparação: Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e o Conselho de administração em 24 de março de 2026. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2. **2.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 5: análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperadas; Nota Explicativa nº 8: IRPJ e CSLL diferidos; Nota Explicativa nº 9: determinação da taxa de desconto para direito de uso e arrendamentos à pagar; Nota Explicativa nº 10: revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado; Nota Explicativa nº 14: provisão para demandas judiciais; e Nota Explicativa nº 19: instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis materiais:** A Companhia não realizou quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação aquelas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **3.2 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.3 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** **3.3.1 IFRS 18/CPICSI apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPICSI substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias de receita, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração

**DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social		Reserva de lucros	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
	social	Legal				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>45.524</b>	<b>6.255</b>	<b>23.897</b>	<b>870</b>	<b>75.525</b>	<b>76.546</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	75.525	75.525	-
Destinação do resultado:						
Constituição da reserva legal	-	2.849	-	-	(2.849)	75.525
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(52.867)	(52.867)	-
Retenção de lucros	-	-	-	19.809	(19.809)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.524</b>	<b>9.104</b>	<b>23.897</b>	<b>20.679</b>	<b>72.357</b>	<b>99.204</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	72.357	72.357	-
Destinação do resultado:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(50.650)	(50.650)	-
Retenção de lucros	-	-	-	21.707	(21.707)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>45.524</b>	<b>9.104</b>	<b>23.897</b>	<b>42.386</b>	<b>72.357</b>	<b>120.911</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

tratação (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **3.3.2 Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.5 Instrumentos financeiros: Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros:** A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e diversos, despesas antecipadas e depósitos judiciais. **Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer lucro ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, arrendamentos à pagar, dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) à pagar, adiantamentos de clientes e outros passivos. **Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado. **3.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços de transporte de mercadorias (veja nota explicativa 3.15), no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber de clientes (**impairment**). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para **impairment**, se

necessária. **3.7 Provisão para perda de crédito esperada:** A provisão para perda de crédito esperada do contas a receber de clientes é calculada com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data (período superior a 1 ano), mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes, com base nos históricos de perdas. As despesas com a constituição da provisão para perda de crédito esperada são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "provisão para perda de crédito esperada" são revertidos contra a perda constituída. **3.8 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, sendo que para o grupo de Veículos, a Companhia leva em consideração o valor residual dos ativos em 35% do montante capitalizado. A vida útil dos itens, em anos, utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

Grupo	2025	2024
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Instalações	10	10
Beneficiários em imóveis de terceiros	5	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **Vida útil dos bens do ativo imobilizado:** A Companhia revisa as estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. **3.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou indicativos de que o valor desses ativos seja inferior ao valor de realização. **3.10 Arrendamentos:** Todos os arrendamentos são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixa valor; • Arrendamentos com duração inferior a 12 meses. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita no contrato, a menos que (como normalmente é o caso) isso não seja facilmente determinável, caso em que a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia no início do arrendamento é utilizada. Os pagamentos de arrendamento variável só são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento pressupõe que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do contrato. Outros pagamentos de arrendamento variável são gastos no período a que se relacionam. No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui: • Valores a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; • O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoável avaliar essa opção; • Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida. Os ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescido por: • Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; • Custos diretos incorridos iniciais; • O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é contratualmente obrigado a desmontar, remover ou restaurar o

ativo subjacente. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento. Quando a Companhia revisa sua estimativa do prazo de qualquer arrendamento (porque, por exemplo, ele reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendatário ou opção de rescisão ser exercida), ele ajusta o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a fazer ao longo do prazo revisado, que são descontados usando uma taxa de desconto revisada. O valor contábil dos passivos do arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável dos pagamentos futuros do arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado, exceto se a taxa de desconto permanecer inalterada. Em ambos os casos, um ajuste equivalente é feito ao valor contábil do ativo com direito de uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado pelo prazo remanescente (revisado) do arrendamento. Se o valor contábil do ativo com direito de uso for ajustado para zero, qualquer redução adicional é reconhecida no resultado. Quando a Companhia renegocia os termos contratuais de um arrendamento com o arrendador, a contabilização depende da natureza da modificação: • Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço individual pelos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima; • Em todos os outros casos em que a renegociação aumenta o escopo do arrendamento (seja uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é reavaliado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo de direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor; • Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo do arrendamento quanto do ativo de direito de uso, são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial ou total do arrendamento com qualquer diferença reconhecida no lucro ou prejuízo. O passivo do arrendamento é então ajustado para garantir que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados ao longo do prazo renegociado, com os pagamentos do arrendamento modificados descontados pela taxa aplicável na data da modificação. O ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor. Para contratos que transferem o direito para a Companhia de usar um ativo identificado e requisitem serviços a serem prestados para a Companhia pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, ou seja, não aloca qualquer valor de pagamentos contratuais, contabilizando separadamente quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia utilizou as taxas médias de 14,90% (13,25% em 31 de dezembro de 2024) para cálculo do ajuste a valor presente. **3.11 Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações à pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.12 Provisões para demandas judiciais:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. **3.13 Benefícios a funcionários: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.14 IRPJ e CSLL:** O encargo de IRPJ e CSLL corrente e diferido é calculado com base no princípio de competência tendo em conta as leis tributárias promulgadas, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, nas datas das demonstrações financeiras. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisão, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. continua >

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Transportes Imediato S.A.		2025		2024	
<p>(i) As operações com partes relacionadas referem-se a contratos de prestação de serviços de logística com o Grupo Ambev, os quais são efetuados a preços e condições específicos negociados contratualmente. (ii) Sublocação de um espaço/sala no imóvel localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, 8 IRPJ e CSLL correntes e diferidos: O IRPJ e CSLL que afetaram o resultado do período de 31 de dezembro de 2025 e 2024, são demonstrados como segue:</p>					
<b>Resultado do exercício antes dos impostos</b>		108.483	114.871	108.483	114.871
<b>Alíquota fiscal combinada</b>		34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal		(36.884)	(39.056)	(36.884)	(39.056)
Ajustes no cálculo pela alíquota efetiva					
Diferenças permanentes		758	-	758	-
Outras		-	(290)	-	(290)
		(36.126)	(39.346)	(36.126)	(39.346)
<b>Impostos correntes</b>		(22.164)	(19.808)	(22.164)	(19.808)
<b>Impostos diferidos</b>		(13.962)	(19.538)	(13.962)	(19.538)
<b>Alíquota efetiva</b>		34%	34%	34%	34%
<b>Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:</b>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa		2.678	12.856	2.678	12.856
Provisão para participação nos lucros		-	442	-	442
Arrendamentos		6.055	6.887	6.055	6.887
Provisão para demandas judiciais		4.641	3.216	4.641	3.216
<b>Total</b>		<b>13.374</b>	<b>23.401</b>	<b>13.374</b>	<b>23.401</b>
<b>Passivo</b>					
Depreciação fiscal vs. societária		(67.615)	(69.266)	(67.615)	(69.266)
Provisão de receita a faturar		(17.968)	(12.419)	(17.968)	(12.419)
Provisão créditos tributários		(2.170)	(2.134)	(2.170)	(2.134)
<b>Total</b>		<b>(87.753)</b>	<b>(83.819)</b>	<b>(87.753)</b>	<b>(83.819)</b>
<b>Tributos diferidos líquidos</b>		<b>(74.379)</b>	<b>(60.418)</b>	<b>(74.379)</b>	<b>(60.418)</b>
<p>A Companhia mantém o saldo de R\$ 2.678 (R\$ 12.856 em 31 de dezembro de 2024) de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e base negativa. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.</p>					
		2024	no resultado	2025	
<b>Ativo</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa		12.856	(10.178)	2.678	
Provisão para participação nos lucros		442	(442)	-	
Arrendamento - deprec +		6.887	(832)	6.055	
juros vs contra prestação		3.217	1.424	4.641	
Provisão para demandas judiciais		3.217	1.424	4.641	
<b>Total</b>		<b>23.402</b>	<b>(10.028)</b>	<b>13.374</b>	
<b>Passivo</b>					
Depreciação fiscal vs. societária		(69.266)	1.651	(67.615)	
Provisão de receita a faturar		(12.419)	(5.549)	(17.968)	
Crédito decisão judicial		(2.134)	(36)	(2.170)	
<b>Total</b>		<b>(83.819)</b>	<b>(3.934)</b>	<b>(87.753)</b>	
<b>Tributos diferidos líquidos</b>		<b>(60.417)</b>	<b>(13.962)</b>	<b>(74.379)</b>	
		01/01/2024	no resultado	2024	
<b>Ativo</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa		21.234	(8.378)	12.856	
Provisão para participação nos lucros		1.089	(647)	442	
Arrendamento - deprec +		6.887	6.887	6.887	
juros vs contra prestação		3.795	(579)	3.216	
Provisão para demandas judiciais		3.217	(2.171)	4.641	
<b>Total</b>		<b>26.118</b>	<b>(2.171)</b>	<b>23.401</b>	
<b>Passivo</b>					
Depreciação fiscal vs. societária		(57.385)	(11.881)	(69.266)	
Provisão de receita a faturar		(9.613)	(2.806)	(12.419)	
Crédito decisão judicial		-	(2.134)	(2.170)	
<b>Total</b>		<b>(66.998)</b>	<b>(16.821)</b>	<b>(83.819)</b>	
<b>Tributos diferidos líquidos</b>		<b>(40.880)</b>	<b>(19.538)</b>	<b>(60.418)</b>	
<p><b>9 Direito de uso e arrendamentos a pagar:</b> A movimentação do direito de uso e dos arrendamentos a pagar durante o exercício foi a seguinte:</p>					
<b>Direito de uso:</b>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Saldo em 01 janeiro de 2024</b>		<b>140.049</b>	<b>7.424</b>	<b>83.071</b>	<b>230.544</b>
Adições de novos contratos		6.540	1.893	16.571	25.004
Amortizações		(42.454)	(2.970)	(22.634)	(68.058)
Remensurações		23.374	-	23.374	-
<b>Saldo em 31 dezembro de 2024</b>		<b>127.509</b>	<b>6.347</b>	<b>77.008</b>	<b>210.864</b>
Até 5 anos		Até 5	Até 10	Até 7	
Até 10 anos		8.845	0	34.170	43.015
Adições de novos contratos		8.845	0	34.170	43.015
Amortizações		(16.533)	(2.310)	(28.833)	(47.676)
Remensurações		(5.491)	1.197	1.376	(2.918)
Baixa		(39.149)	(1.928)	(31.975)	(73.052)
<b>Saldo em 31 dezembro de 2025</b>		<b>75.181</b>	<b>3.306</b>	<b>51.746</b>	<b>130.233</b>
Até 5 anos		Até 5	Até 10	Até 7	
Até 10 anos		75.181	3.306	51.746	130.233
<b>Arrendamentos a pagar:</b>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Saldo em 01 janeiro de 2024</b>		<b>335.141</b>	<b>(122.219)</b>	<b>212.922</b>	<b>25.004</b>
Adições de novos contratos		25.608	(604)	25.004	-
Pagamentos efetuados		(81.714)	-	(81.714)	-
Remensurações		23.374	-	23.374	-
Apropriação dos encargos financeiros		-	51.403	-	51.403
<b>Saldo em 31 dezembro de 2024</b>		<b>302.409</b>	<b>(71.420)</b>	<b>230.989</b>	<b>50.856</b>
Circulante		302.409	(71.420)	230.989	50.856
Não circulante		-	-	-	-
Adições de novos contratos		50.719	(7.504)	43.215	-
Pagamentos efetuados		(74.211)	-	(74.211)	-
Remensurações		(2.918)	-	(2.918)	-
Baixas		(80.152)	-	(80.152)	-
Apropriação dos encargos financeiros		-	24.088	-	24.088
<b>Saldo em 31 dezembro de 2025</b>		<b>195.847</b>	<b>(78.924)</b>	<b>141.011</b>	<b>230.989</b>
Circulante		195.847	(78.924)	141.011	230.989
Não circulante		-	-	-	-
<p>Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos estão demonstrados a seguir:</p>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Anos</b>					
Até 1 ano		50.254	50.856	50.254	50.856
Até 2 anos		43.585	54.573	43.585	54.573
Até 3 anos		20.848	53.064	20.848	53.064
Até 4 anos		16.464	31.100	16.464	31.100
Até 5 anos		4.204	21.484	4.204	21.484
Acima de 5 anos		5.656	19.912	5.656	19.912
<b>Total</b>		<b>141.011</b>	<b>230.989</b>	<b>141.011</b>	<b>230.989</b>
<b>10. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado:</b>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Contas a receber de clientes (nota 5)		170.390	161.004	170.390	161.004
<b>Passivo</b>					
Fornecedores (nota 11)		147	222	147	222
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar (Nota 15)		1.650	52.867	1.650	52.867
<b>Resultado</b>					
Receita bruta (i)		866.248	859.358	866.248	859.358
Receita de subarrendamento (ii)		52	52	52	52
Juros sobre passivo de arrendamento		(17)	(21)	(17)	(21)
Amortizações do direito de uso		(37)	(37)	(37)	(37)
<b>Total</b>		<b>866.246</b>	<b>859.352</b>	<b>866.246</b>	<b>859.352</b>
		2025	2024	2025	2024
<b>Saldo em 01/01/2024</b>		<b>10.978</b>	<b>2.597</b>	<b>10.978</b>	<b>2.597</b>
Adições		10.277	340	10.277	340
Baixas		-	(7)	-	(40.676)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>21.255</b>	<b>2.930</b>	<b>21.255</b>	<b>2.930</b>
Adições		11.320	387	11.320	387
Baixas		(1.460)	(63)	(1.460)	(63)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>		<b>31.115</b>	<b>3.254</b>	<b>31.115</b>	<b>3.254</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Saldo em 01/01/2024		(4.034)	(825)	(4.034)	(825)
Adições		(1.123)	(263)	(1.123)	(263)
Baixas		-	7	-	19.296
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>(5.157)</b>	<b>(1.081)</b>	<b>(5.157)</b>	<b>(1.081)</b>
Adições		(2.382)	(40.833)	(2.382)	(40.833)
Baixas		(152)	(43)	(152)	(43)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>		<b>(7.387)</b>	<b>(1.322)</b>	<b>(7.387)</b>	<b>(1.322)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>					
Em 31/12/2024		16.098	1.849	16.098	1.849
Em 31/12/2025		23.728	1.932	23.728	1.932
<p><b>Teste de recuperabilidade:</b> A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não apontou a necessidade de constituição da provisão para o valor recuperável destes ativos. Como consequência não existe perdas por desvalorização a serem reconhecidas nos exercícios mencionados acima.</p>					
<b>11. Fornecedores a pagar:</b>					
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores de mercadorias e serviços		40.631	27.404	40.631	27.404
Fornecedores partes relacionadas (nota 11)		147	222	147	222
Fretes a pagar		6.778	3.838	6.778	3.838
<b>Total</b>		<b>47.556</b>	<b>31.464</b>	<b>47.556</b>	<b>31.464</b>
<p>O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de 30 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar que são sempre vencíveis em prazo não superior a um ano. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.</p>					
<b>12. Empréstimos e financiamentos:</b>					
<b>Em moeda nacional:</b>					
		Juros médios	Índice	2025	2024
Finame		2,4% a 3,5% a.a.	TJLP	118.588	109.452
Finame		14,6% a 15,8% a.a.	-	4.584	7.240
Finame		3,4% a 3,6% a.a.	SELIC	-	81.733
Leasing		14% a.a. a 17% a.a.	-	8.778	10.933
Capital de giro		1,5% a 3,8% a.a.	CDI	552.738	269.167
<b>a. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:</b>					
		2024	2024	2024	2024
<b>Em moeda nacional</b>					
Capital de giro		269.167	309.200	(42.932)	76.372
Finame		198.425	108.921	(190.337)	12.579
CDC		6.143	-	(3.918)	587
Leasing		10.933	-	(2.114)	1.497
Outros		15.636	10.373	(15.636)	-
<b>Total</b>		<b>500.304</b>	<b>428.494</b>	<b>(254.937)</b>	<b>97.035</b>
<b>Em moeda nacional</b>					
Capital de giro		65.769	224.544	(33.367)	23.904
Finame		404.299	16.954	(231.019)	41.721
CDC		34.187	-	(27.590)	1.437
Leasing		4.529	10.610	(4.226)	443
Outros		13.156	5.559	(2.840)	390
<b>Total</b>		<b>521.940</b>	<b>257.667</b>	<b>(299.042)</b>	<b>67.895</b>
<p><b>b. Garantias:</b> A Companhia possui os bens dados em garantia são próprios bens adquiridos por meio dos contratos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía o montante líquido de R\$ 628.639 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 485.198) referente aos ativos dados em garantias contratuais. <b>c. Obrigações contratuais - "Covenants financeiros":</b> A Companhia detém empréstimos bancários que apresentam cláusulas restritivas de covenants no montante de R\$ 64.539 em 31 de dezembro de 2025. De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos quatro anos. O contrato contém covenants que estabelece que ao final de cada exercício social determinados índices precisam ser atingidos, como: (i) Dívida Líquida/EBITDA. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025. <b>13 Obrigações trabalhistas e sociais:</b></p>					
		2025	2024	2025	2024
Salários a pagar		14.496	14.627	14.496	14.627
Provisões para férias e encargos		30.559	29.232	30.559	29.232
INSS		9.579	9.056	9.579	9.056
FGTS		5.240	4.143	5.240	4.143
Participação nos lucros		-	1.300	-	1.300
Outros		3.672	3.916	3.672	3.916
<b>Total</b>		<b>63.564</b>	<b>62.274</b>	<b>63.564</b>	<b>62.274</b>
<p>São reconhecidos em conformidade com a prestação de serviços de seus funcionários e os encargos são calculados em conformidade com a legislação vigente. <b>14 Provisão para demandas judiciais:</b> A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhista decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a demandas judiciais:</p>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Movimentação</b>					
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>4.780</b>	<b>9.460</b>	<b>4.780</b>	<b>9.460</b>
Adições		923	10.040	923	10.040
Baixas		(686)	(5.851)	(686)	(5.851)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>		<b>5.017</b>	<b>13.649</b>	<b>5.017</b>	<b>13.649</b>
<p>A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem principalmente em</p>					
		2025	2024	2025	2024
<b>Participação em ações</b>					
Ações ordinárias		1,07%	610.217	-	535
Ações preferenciais		17,25%	9.886.558	-	8.665
Ações		17,25%	9.886.558	-	8.665
Ações		17,25%	9.886.558	-</	

2025		2024	
<b>17. Despesas por natureza</b>			
Gastos com mão de obra	(554.507)	(493.275)	
Prestação de serviços terceiros (i)	(246.965)	(199.827)	
Combustíveis e lubrificantes	(85.619)	(83.477)	
Manutenção de veículos e carrocerias	(83.297)	(91.812)	
Depreciação e amortização	(44.388)	(38.747)	
Pneus	(15.781)	(17.992)	
Amortização do direito de uso de arrendamentos	(47.676)	(68.058)	
Baixas de créditos CIAP	(2.726)	(3.186)	
Gastos com processos judiciais	(6.146)	(7.038)	
Reversão (provisão) para demandas judiciais	(4.190)	1.702	
Pedágio	(9.972)	(9.220)	
Despesas com despachantes /IPVA	(9.013)	(8.254)	
Despesas com viagem	(1.891)	(5.116)	
Oficina e lavador	(2.585)	(3.099)	
Sinistros	(3.838)	(2.632)	
Gastos com comunicação	(2.177)	(1.990)	
Material de higiene e escritório	(1.179)	(1.162)	
Seguro	(1.278)	(850)	
Energia elétrica	(717)	(899)	
ganho na venda de ativo imobilizado	33.755	14.316	
Outras receitas (despesas)	12.136	14.431	
	<b>(1.078.054)</b>	<b>(1.006.185)</b>	
Custo dos serviços prestados	(1.036.335)	(972.262)	
Despesas gerais e administrativas	(89.831)	(73.153)	
Outras receitas operacionais	71.011	54.384	
Outras despesas operacionais	(22.899)	(15.154)	
<b>Total</b>	<b>(1.078.054)</b>	<b>(1.006.185)</b>	
<b>(i) Refere-se principalmente à subcontratação de fretes. 17. Receitas e despesas financeiras:</b>			
<b>Receita financeira</b>		<b>2025</b>	
Juros ativos e atualização monetária	2.967	4.268	
Receita de aplicação financeira	12.287	2.856	
Descontos obtidos	2.361	1.747	
	<b>17.615</b>	<b>8.871</b>	
<b>Despesa financeira</b>		<b>2025</b>	
Descontos concedidos	-	(8)	
Juros passivos	(99.223)	(67.895)	
Juros passivos arrendamento	(24.088)	(51.403)	
Despesas bancárias	(172)	(1.452)	
Taxas de consórcio	(153)	(80)	
	<b>(123.636)</b>	<b>(120.838)</b>	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(106.021)</b>	<b>(111.967)</b>	
<b>19. Instrumentos financeiros: Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral:</b> Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. <b>Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos e controles estabelecidos pela Administração. Os recebíveis de clientes e ativos de contrato em aberto são monitorados regularmente e não há histórico de perdas relevantes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de contas a receber de clientes concentrado em três clientes (Ambev S.A., Raizen S.A. e Mercado Livre S.A.), que somados eram responsáveis pelo pagamento de aproximadamente 90,1% (2024 – 93,6%) do saldo em aberto. Apesar da concentração, a Companhia entende que não há risco de crédito sobre o saldo, por se tratar de clientes já consolidados no mercado. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. <b>Risco de liquidez:</b> Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A Companhia mantém constantes esforços para o alongamento do seu endividamento e na obtenção de recursos de longo prazo para realização dos investimentos necessários para a ampliação da oferta de prestação de serviço. <b>Risco de mercado:</b> Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. A Companhia mantém uma operação de swap para troca de taxa de juros de um empréstimo cujo no valor nominal de R\$ 230. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo do swap é de R\$ 1. <b>Risco de oscilação dos preços de insumos:</b> Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. <b>Risco operacional:</b> Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. <b>Risco de estrutura de capital:</b> Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.			
<b>2024</b>		<b>2025</b>	
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	699.725	500.304	
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(54.003)	(24.817)	
Divida financeira líquida	<b>645.722</b>	<b>475.487</b>	
<b>Valor justo dos instrumentos financeiros:</b> As tabelas abaixo demonstram os principais ativos e passivos financeiros da Companhia, de acordo com sua classificação, e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.			
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		<b>2025</b>	
Caixa e bancos	2.411	2.203	
Aplicações financeiras	51.593	22.614	
Contas a receber de clientes	297.610	304.694	
Adiantamento a fornecedores e diversos	25.120	5.584	
Despesas antecipadas	60	61	
Depósitos judiciais	5.017	4.780	
<b>Total dos ativos</b>	<b>381.811</b>	<b>339.936</b>	
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		<b>2025</b>	
Fornecedores	(47.556)	(31.464)	
Empréstimos e financiamentos	(699.725)	(500.304)	
Arrendamento a pagar	(141.011)	(230.989)	
Dividendos e JCP a pagar	(1.650)	(52.867)	
Adiantamento de clientes	(894)	(1.242)	
Outros passivos	(10.807)	(7.047)	
<b>Subtotal</b>	<b>(901.643)</b>	<b>(823.913)</b>	
<b>Passivos mensurados ao valor justo</b>		<b>2025</b>	
Instrumentos financeiros derivativos	(1)	(17)	
<b>Subtotal</b>	<b>(1)</b>	<b>(17)</b>	
<b>Total dos passivos</b>	<b>(901.644)</b>	<b>(823.930)</b>	
Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo foram mensurados considerando os níveis de mensuração abaixo: <b>Nível 1:</b> preços cotados (em ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. <b>Nível 2:</b> preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares ao valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo, utilizando outras técnicas de precificação com premissas que sejam observáveis, direta ou indiretamente. <b>Nível 3:</b> técnicas que abrangem dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado, que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. <b>Análise de sensibilidade:</b> As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estão atreladas à variação do CDI, SELIC e TLP. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações nas taxas em relação à data base de 31 de dezembro de 2025, considerando o risco de queda das taxas, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses.			
<b>2025</b>		<b>2024</b>	
<b>Cenário Provável</b>			
Aplicações financeiras – CDI	51.593	22.614	
Taxa sujeita à variação	14,90%	12,15%	
Receita financeira projetada	7.687	2.748	
Empréstimos e financiamentos – CDI	552.738	(269.167)	
Taxa sujeita à variação	14,90%	12,15%	
Despesa financeira projetada	(82.358)	(32.704)	
Empréstimos e financiamentos – TLP	118.588	(81.733)	
Taxa sujeita à variação	14,10%	12,25%	
Despesa financeira projetada	(16.721)	(10.012)	
	<b>2024</b>	<b>2025</b>	
<b>Cenário Provável</b>			
Aplicações financeiras – CDI	22.614	51.593	
Taxa sujeita à variação	12,15%	14,90%	
Receita financeira projetada	2.748	7.687	
Empréstimos e financiamentos – CDI	(269.167)	(552.738)	
Taxa sujeita à variação	12,15%	12,15%	
Despesa financeira projetada	(32.704)	(82.358)	
Empréstimos e financiamentos – SELIC	(81.733)	(118.588)	
Taxa sujeita à variação	12,25%	14,10%	
Despesa financeira projetada	(10.012)	(16.721)	
Empréstimos e financiamentos – TLP	(109.452)	(118.588)	
Taxa sujeita à variação	7,05%	7,05%	
Despesa financeira projetada	(7.176)	(16.721)	
<b>Riscos de liquidez:</b> A seguir são apresentadas as maturidades de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024.			
<b>2025</b>		<b>2024</b>	
<b>Valor Contábil</b>	<b>Fluxo Contratual</b>	<b>1 ano</b>	<b>2 a 3 anos</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	47.556	47.556	-
Empréstimos e financiamentos	699.725	939.475	239.379
Arrendamentos a pagar	141.011	187.406	63.885
Adiantamento de clientes	894	894	894
Dividendos e JSCP a pagar	1.650	1.650	1.650
Outros passivos	10.807	10.807	10.807
	<b>901.643</b>	<b>1.187.788</b>	<b>364.171</b>
		<b>505.047</b>	<b>277.124</b>
			<b>41.446</b>
			<b>2024</b>
<b>Valor Contábil</b>	<b>Fluxo Contratual</b>	<b>1 ano</b>	<b>2 a 3 anos</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	31.464	31.464	-
Empréstimos e financiamentos	500.304	616.971	284.383
Arrendamentos a pagar	230.989	262.082	74.675
Adiantamento de clientes	1.242	1.242	1.242
Dividendos e JSCP a pagar	52.867	52.867	52.867
Outros passivos	7.047	7.047	7.047
	<b>823.913</b>	<b>971.673</b>	<b>451.678</b>
		<b>317.538</b>	<b>174.622</b>
			<b>27.835</b>
<b>20 Seguros:</b> A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros, por natureza, em 31 de dezembro de 2025 é composta conforme quadro abaixo:			
<b>Classificação</b>		<b>Risco assegurado</b>	
Danos materiais/corporais	Prédios e benfeitorias	9.894	2026
Responsabilidade civil de administradores	Risco de colaboradores	187.460	2026
		<b>195.360</b>	
<b>(i) Frota:</b> A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio. <b>21 Compromissos:</b> A Companhia possui contratos de prestação de serviços de logística, com prazos que variam entre 5 e 10 anos, cuja estimativa de recebíveis contratuais são apresentados abaixo, calculados em 31 de dezembro de 2025:			
<b>Exercícios</b>	<b>Tipo de serviço prestado</b>	<b>Estimativa receita anual</b>	
2025	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	1.560.818	
2026	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	1.813.175	
2027	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	2.226.547	
2028	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	2.553.530	
2029	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	3.029.891	
2030	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	3.474.495	

Roberto Zampini Junior Negrao Zampini - CEO

Humberto Fernando - CFO

Erica Luzia Ferreira Barbosa Mini - Contadora - CRC 1SP 205052/0-9

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Conselheiros e Administradores da Transportes Imediato S.A., Ribeirão Preto - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transportes Imediato S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportes Imediato S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercício anterior auditadas por auditor independente antecessor:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 24 de abril de 2025. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2026  
**KPMG Auditores Independentes**  
 CRC 2SP-027666/0-5 F SP  
**Gustavo de Souza Matthiesen**  
 Contador - CRC SP293539/0-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



LOG20 Logística S.A.

CNPJ/MF nº 13.631.347/0005-08 - Avenida Presidente Wilson nº 274, Bairro Moóca - São Paulo/SP - CEP 03.107-000

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL INICIADO EM 01/01/2025 E FINDO EM 31/12/2025 (Valores expressos em Reais)

Main financial statement table with columns for Balanços Patrimoniais, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, and Demonstração de Resultados Abrangentes. Includes detailed line items for assets, liabilities, income, and expenses.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL INICIADO EM 01/01/2025 E FINDO EM 31/12/2025

1. Contexto Operacional: LOG20 Logística S.A. é uma Sociedade Anônima com capital fechado, cadastrada no CNPJ 13.631.347/0005-08 e tem como principais atividades os seguintes ramos de atuação: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional. Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. Carga e descarga. Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, Organização logística do transporte de carga, Locação de automóveis sem condutor, Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor, Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, Transporte rodoviário de produtos perigosos Abaixo os dados cadastrais de cada filial:

Table with columns: Filial, CNPJ, Localização. Lists 23 branches with their respective addresses and CNPJs.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas: Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76 em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026. Acesso a página de Publicações Legais no site do ICP Brasil. Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal

Table with multiple columns and rows containing financial data for LOG20 Logística S.A. across various categories like Apropriações, Tributos, Depósitos, etc.

LOG20 Logística S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da LOG20 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LOG20 em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita nas estratégias LOG20, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da LOG20 é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal







## Green Energy SPE S.A.

CNPJ/MF nº. 56.986.740/0001-01- NIRE nº. 35.300.645.154

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de Dezembro de 2025

**Data, Horário e Local:** Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h00 (dez horas), na sede da Companhia **Green Energy SPE SA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, 56.986.740/0001-01, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº. 1.226, 6º andar, Sala 64, Centro, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09710-002, com seu Ato Constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE nº. 35.300.645.154.

**Convocação:** Em observância das disposições do Artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404/76, a publicação de editais de convocação foi dispensada, estando presentes a totalidade dos acionistas que representam o capital social da companhia, assinando o respectivo livro de presenças. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **Edinaldo da Silva Carvalho** e como Secretária: **Luciana Del Bianco Braille**. **Ordem do Dia:** (1) Alterar objeto social da Companhia; (2) Alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, para contemplar a alteração do objeto social mencionado; e (3) Consolidação do Estatuto Social. **Deliberações:** A deliberação foi aprovada por unanimidade da acionista: (1) Alterar objeto social da Companhia para incluir o seguinte objeto social: **a)** Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos elétricos, (CNAE: 4520-0/03); (2) Tendo em vista a inclusão do objeto social mencionado anteriormente, passa o Artigo 2º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - O objeto social da Companhia contempla: a) A locação de veículos elétricos, sem condutor, destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650, (CNAE's: 7711-0/00 e 7719-5/99); e b) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos elétricos (CNAE: 4520-0/03) destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650. "; e (3) E ainda devido a alteração do Artigo mencionado acima, decide a acionista pela Consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme anexo I. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente determinou o encerramento da reunião e lavratura da presente ata, que lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa, Sr. Presidente **Edinaldo da Silva Carvalho** e Secretária **Luciana Del Bianco Braille**, e pela acionista presente. Fica certificado que a presente ata é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da **Green Energy SPE SA**, registrada em livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia, realizada em 10 de dezembro de 2025. São Bernardo do Campo/SP, 10 de dezembro de 2025. **Edinaldo da Silva Carvalho** - Presidente; **Luciana Del Bianco Braille** - Secretária. **Estatuto Social Green Energy SPE S.A. CNPJ/MF nº 56.986.740/0001-01- NIRE nº 35.300.645.154 - Capítulo - I - Da Denominação, Duração, Objeto e Sede** - Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de Green Energy SPE SA, sendo uma sociedade de propósito específico constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com duração pelo mesmo prazo de vigência do Contrato Administrativo 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A-URBAM, conforme aditado, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650, e se regerá por este estatuto e leis aplicáveis. Artigo 2º - O objeto social da Companhia contempla: a) A locação de veículos elétricos, sem condutor, destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650, (CNAE's: 7711-0/00 e 7719-5/99); e b) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos elétricos (CNAE: 4520-0/03) destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Rua Marechal Deodoro, nº. 1.226, 6º andar, Sala 64, Centro, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09710-002. Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, a todo tempo, criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos do gênero, em qualquer localidade do país ou do exterior, a cada qual sendo atribuído um capital em separado. **Capítulo - II - Capital Social e Transferência de Ações** - Artigo 4º - O capital social da Companhia é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), dividido em 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo R\$100,00 (cem reais) integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 299.999.900,00 (duzentos e noventa e nove milhões e novecentos e noventa e nove mil e novecentos reais) a ser integralizado da seguinte forma: i) até 30 de setembro de 2025 o valor equivalente de R\$ 53.180.384,40 mediante a integralização de 20 ônibus tipo básico com porta a direita; ii) até 31 de dezembro de 2025 mais o valor equivalente de R\$ 79.770.576,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo básico com porta a direita; iii) até 31 de dezembro de 2025 mais o valor equivalente de R\$ 84.630.846,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo padron com porta a direita; iv) até 30 de abril de 2026 mais o valor equivalente de R\$ 42.544.307,52 mediante a integralização de 16 ônibus tipo básico com porta a direita, totalizando, até o dia 30 de abril do ano de 2026, o valor de R\$ 260.126.115,12, restando o saldo de R\$ 39.873.784,88 podendo antecipar em qualquer momento as integralizações aqui previstas, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 31 de julho de 2025. Artigo 5º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - As ações serão registradas no livro de Ações Nominativas da Companhia e sua transferência operar-se-á por termos lançados em livro próprio. Artigo 6º - No caso de qualquer acionista desejar alienar suas ações a terceiros, os demais acionistas terão preferência para adquiri-las em igualdade de condições, respeitadas as demais disposições aplicáveis por lei. **Capítulo - III - Administração** - Artigo 7º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo 01 (um) membro, acionista ou não, residente no país, eleito em Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro - O membro da Diretoria será investido em sua função mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão. Parágrafo Segundo - Mesmo após o término do prazo do mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Compete ao Diretor gerir a Companhia e exerce as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferir para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social e pela lei. Artigo 9º - Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique cm assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia perante terceiros, ou na exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) pelo Diretor Presidente isoladamente ou (ii) por 01 (um) procurador, com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo. Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão ser sempre assinados pelo Diretor Presidente e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, com exceção dos mandatos outorgados para fins de representação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. Artigo 10º - Competirá ao Diretor Presidente convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria. Artigo 11º - O membro da Diretoria poderá receber os honorários e participações, globais ou individuais, que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo - IV - Assembleia Geral** - Artigo 12º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. Parágrafo Único - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará um dos presentes para servir de secretário da mesa. **Capítulo - V Conselho Fiscal** - Artigo 13º - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. Parágrafo Segundo - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 02 (dois) membros do Conselho Fiscal. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo - VI - Exercício Social** - Artigo 14º - O exercício social terá início em 1 de janeiro e encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as formalidades exigidas pela legislação vigente. Artigo 15º - Feitas as necessárias anotações, do lucro líquido apurado no balanço anual deduzir-se-ão: I. 5% para a Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; II. 0,01 % do lucro ajustado, em conformidade com o disposto no artigo 202, da lei nº. 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; e III. O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. Parágrafo Primeiro - Os dividendos não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 03 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição inferior ao obrigatório ou, ainda, a retenção de todo lucro. Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo - VII - Disposições Gerais** - Artigo 16º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ ou por deliberação da Assembleia Geral. Caberá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, nomear liquidante e fixar a sua remuneração. Artigo 17º - Nos casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social, aplicar-se-á as disposições pertinentes da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada. São Bernardo do Campo/SP, 10 de dezembro de 2025. **Mesa: Edinaldo da Silva Carvalho** - Presidente; **Luciana Del Bianco Braille** - Secretária. Jucesp nº 418.546/25-3 em 16/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824 - Companhia Aberta  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de Março de 2026**  
**1. Data, Horário e Local:** No dia 26 de março de 2026, às 10:00 horas, na forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Sergio Zimerman - Presidente; Paulo Nassar - Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) tomar ciência sobre o reporte financeiro das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia no quarto trimestre de 2025; e (ii) deliberar, nos termos do artigo 16, inciso vi, do Estatuto Social da Companhia e do item 3.1, (iii), do seu Regimento Interno, sobre a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"). **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após discussão e análise das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho: (i) tomaram ciência sobre o reporte trimestral das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia no quarto trimestre de 2025; e (ii) por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram compartilhados para a análise do Comitê de Auditoria da Companhia em reunião realizada em 24 de março de 2026, tendo os membros do referido Comitê apresentado manifestação e parecer favoráveis, respectivamente. **6. Assinaturas Eletrônicas:** Os presentes reconhecem como válidas e com plena eficácia as assinaturas eletrônicas/digitais, na forma permitida pelo artigo 10, § 2º, da Medida Provisória n.º 2.220-2/01, com teor, valor e efeitos equivalentes àqueles efetuados presencialmente ou mediante aposição de assinatura autografa. **7. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada. Confere com a Original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Sr. Sergio Zimerman - Presidente; Sr. Paulo Nassar - Secretário. Jucesp nº 171.235/26-5 em 07/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

## BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares - Dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão a ser realizada em 29 de abril de 2026**  
 Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **29 de abril de 2026, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: I. A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da **AJCA Auditores Independentes SS**, na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulamentares aplicáveis. A matéria acima indicada deverá ser considerada pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de dela, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para [juridico@bsicapital.com.br](mailto:juridico@bsicapital.com.br); [servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br](mailto:servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br), identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até **2 (dois) dias antes da realização da Assembleia**. Para os fins da Assembleia, considera-se "**Documentos de Representação**": **a) Participante pessoa física:** Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes:** Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 08 de abril de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (08, 09 e 10/04/2026)

## Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161  
**Extravio - Livros Societários**  
**Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-905, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE número 35.300.457.161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 17.863.504/0001-38, neste ato, representada por seu diretor, comunica a quem possa interessar e para todos os fins de direito, a perda dos seguintes livros societários da Companhia: (i) Livro de Registro de Ações Nominativas, nº de Ordem 01, registrado e autenticado perante a JUCESP, em 04 de outubro de 2019, sob o nº 361989, fato este, constatado na data de 17 de março de 2026, de forma que a Companhia não mais possui referidos Livros Societários em seus arquivos.

## Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria

CNPJ/MF N.º 54.342.290/0001-80 - NIRE 35300065344  
**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**  
 Os acionistas, credores que exerceram a opção de conversão de seus créditos em participação societária, bem como os credores proponentes do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos da **Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria**, homologado nos autos da Falência nº 0000001-92.1983.8.26.0450, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba - SP, ficam convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 e demais disposições legais aplicáveis, a ser realizada no dia 22 de abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações, e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. A Assembleia será realizada **exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Zoom**, sendo que o link de acesso será encaminhado aos participantes habilitados após a validação de sua documentação. A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: I. Ratificação da participação dos subscritores e definição da composição acionária inicial da Companhia, com a integralização do capital social, mediante conversão de créditos habilitados no Quadro Geral de Credores da Massa Falida da Companhia Sapaco para Comércio e Indústria; II. Aprovação da subscricao do capital social da Companhia e assinatura dos Livros Societários, nos termos do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos; III. Atualização e aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, com a adequação da razão social para constar "Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria", objeto social, capital social, regras de gestão, composição da diretoria e tudo o mais exigido pelo novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) e pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976); IV. Eleição e nomeação da Diretoria da Companhia, com definição de cargos, poderes e mandato; V. Aprovação da emissão das Notas Promissórias destinadas ao pagamento dos credores que optarem pelo recebimento na modalidade prevista no Plano, bem como a realização dos registros contábeis de provisionamento dos valores correspondentes; VI. Retomada das atividades empresariais da Companhia, com a implementação do plano de gestão dos ativos imobiliários e intangíveis; VII. Aprovação do aporte de recursos pelos credores e investidores optantes para custear as despesas iniciais e desenvolver os projetos a serem empenhados pela Companhia; e VIII. Deliberação sobre outros assuntos de interesse da sociedade relacionados à execução do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos. Conforme determinado pela legislação em vigor e pelo Estatuto Social da empresa, os documentos pertinentes às deliberações constantes da ordem do dia estarão disponíveis para consulta junto ao Credor Proponente do Plano apresentado na falência que, após o restabelecimento da Companhia, serão entregues aos novos Diretores a serem nomeados. Poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária os credores que tenham optado pela conversão de seus créditos em participação societária, na proporção prevista no Quadro Geral de Credores e no Plano de Realização Alternativa de Ativos, os acionistas da Companhia; e os representantes legais devidamente constituídos. Para fins de habilitação e participação na Assembleia: Os participantes deverão encaminhar documento de identificação válido e, se for o caso, instrumento de representação (procuração) para o e-mail [CADASTRO@GSCBRASIL.COM.BR](mailto:CADASTRO@GSCBRASIL.COM.BR); a) A documentação deverá ser enviada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da Assembleia, nos termos da regulamentação aplicável, para fins de conferência e validação; b) Após a validação da documentação, serão encaminhadas aos participantes as informações de acesso à plataforma digital (Zoom), bem como as instruções para participação na Assembleia, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de sua realização; e c) A ausência do envio da documentação no prazo estabelecido poderá impedir a participação e o exercício do direito de voto na Assembleia. Piracicaba/SP, 08 de abril de 2026. **Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria.** (08, 09 e 10.04.2026)

## Cia. Tamoyo de Armazéns Gerais

Santos-SP - CNPJ/MF nº 58.136.169/0001-53  
**Assembleia Geral Ordinária - Convocação**  
 Convocamos os Srs. Acionistas, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para comparecerem na AGO que se realizará no dia **28/04/2026**, às 17 horas, na Rua Augusto Severo nº 7 - 12º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Relatório da Diretoria, Contas e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras e contábeis do exercício; c) Destinação do resultado do exercício. **Aviso aos Acionistas:** Ficam os acionistas cientificados de que se encontram à disposição para consulta, na sede social, os documentos de que tratam os incisos I a V, da Lei nº 6.404/76 do artigo 133, além de já terem sido publicados anteriormente, na forma do § 5º do artigo 133 da mesma lei, tanto o balanço como as demonstrações contábeis, na edição de 31/03/2026 do jornal Data Mercantil. **Luiz Alberto Azevedo Levy** - Presidente da Diretoria. (07, 08 e 09/04/2026)

## Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101  
**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**  
 A Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 17 de abril de 2026, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) deliberar sobre a reeleição de membros da Diretoria da Companhia; e (iv) deliberar sobre a antecipação da reeleição de membro da Diretoria e a unificação do prazo de mandato dos diretores da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. São Paulo, 08 de abril de 2026. Diretoria da **Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** (09, 10 e 11.04.2026)

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



